

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA SOBRE A PRÁTICA DE ESTÁGIO REMUNERADO

Resumo

Aborda as percepções que estudantes de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) têm sobre a contribuição do estágio remunerado realizado em Instituições de Ensino Superior sediadas em Florianópolis para sua formação. O referencial de análise foi constituído pela construção social e pelo processo social, duas teorias do campo da sociologia, que sistematizam os fenômenos relacionados ao desenvolvimento da realidade social cotidiana e o desenvolvimento sócio-histórico das civilizações. A coleta de dados envolveu alunos do Curso de biblioteconomia da UFSC, matriculados nas 6ª e 7ª fases no segundo semestre de 2008. Os dados foram coletados por meio de entrevistas. Para a análise dos discursos obtidos foi empregada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. O resultado indica a percepção de que os estágios remunerados contribuem para o aperfeiçoamento do aluno.

Palavras-chave: Estágio remunerado. Aprendizado prático.

Francisco das Chagas de Souza

Professor Associado II.
Departamento de Ciência da
Informação, Universidade Federal de
Santa Catarina.
Doutor em Educação.
chagas@cin.ufsc.br

Sandra Mara do Nascimento

Bacharel em Biblioteconomia pela
UFSC, 2009.
sandranm@terra.com.br

PERCEPTIONS OF STUDENTS OF LIBRARY SCIENCE UFSC ON THE PAID PRACTICAL TRAINING

Abstract

It addresses the perceptions that students of librarianship UFSC have on the contribution of paid practical training in higher education institutions based in Florianópolis to their training. The theoretical analysis was made by the social construction and the social process, two theories on sociology, which systematize the phenomena related to the development of everyday social reality and social development history of civilizations. Data collection involved students of librarianship UFSC, enrolled in the 6th and 7th phases in the second half of 2008. Data were collected through interviews. For the analysis of discourse was employed the technique of the Collective Subject Discourse. The result indicates the perception that paid internships contribute to the improvement of the student.

Key-words: Paid practical training. Field learning stage.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mercado de trabalho para bibliotecários no Brasil tem crescido pouco. O número de postos ocupados por profissionais devidamente habilitados está em proporção inferior aos números referentes ao desenvolvimento econômico do País. Esta situação afeta o campo de estágio, de modo que as oportunidades apresentadas têm relação com os segmentos econômicos em que há mais expansão. Tal situação faz com que empresas, órgãos de governo ou instituições de ensino superior tenham se destacado como lugares em que houve mais investimentos em bibliotecas e, assim, nesses segmentos surgiram mais oportunidades de vagas para a atuação de estudantes, como aprendizes, na condição de estagiários remunerados.

No estado de Santa Catarina, após o início da presente década, o segmento constituído pelas Instituições de Ensino Superior (IES) tem sofrido uma contínua expansão do número de estabelecimentos e de vagas estudantis. Analogamente, vem se expandindo a oferta de oportunidade de trabalho para bibliotecários e, por consequência, tem havido uma significativa busca por estagiários, remunerados com valores irrisórios, a título de bolsa.

Considerando este contexto, que é de origem social e também econômica, foi realizada uma pesquisa que objetivou analisar as percepções que estudantes de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) têm da contribuição que lhe é proporcionada pelos estágios remunerados, disponibilizados¹ por IES, sediadas em Florianópolis. Para alcançar este objetivo foram buscadas algumas especificidades, dentre as quais: 1. Constatar em que condições os estágios remunerados se desenvolvem; 2. Verificar quais as implicações que este tipo de estágio tem sobre sua formação profissional.

¹ As instituições comunicam às Coordenações de Curso da UFSC sobre as oportunidades existentes, o perfil desejado, o valor da remuneração e solicitam a divulgação das mesmas aos estudantes.

2 ESTÁGIOS DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Geralmente, inicia-se a discussão sobre este tema a partir da premissa mais geral de que o estágio de aprendizagem² é vantajoso para o estudante. Ele representa um meio que permite o desenvolvimento da prática com a aplicação dos conhecimentos teóricos obtidos pelo mesmo em sala de aula. Porém, na maioria das vezes, boa parte das disciplinas ofertadas em um curso universitário tem caráter teórico-prático. Isso quer dizer que, do ponto de vista de certas aplicações técnicas, o estudante está relativamente bem treinado. Nesta seção será feita uma discussão sobre alguns aspectos que integram os estágios de aprendizagem, incluindo: características e regulamentação dos estágios e os estágios no Curso de Biblioteconomia da UFSC.

2.1 características relacionadas ao estágio

Idealmente, os cursos de graduação nas IES dispõem de laboratórios ou ambientes de prática simulada; porém todo o aprendizado prático aí realizado ainda é insuficiente para dar ao egresso a noção aproximada de um ambiente “real” de trabalho. Diante disso, a carência maior em torno da realização da prática de estágios de aprendizagem em empresas e outras organizações viria da ausência que a maioria dos estudante tem, de fato, do contato com a rotina de um ambiente real de trabalho e o público final.

Nesse sentido, pode-se considerar que o estudante estagiário está bem preparado para boa parte das atividades que representam aplicação de técnicas. Essa competência possibilita a produção de inúmeras inovações que eles terminam por assegurar às

² A expressão estágio de aprendizagem refere-se às duas modalidades de formação em ambiente de prática “real” dos estudantes de cursos de graduação, sob a supervisão de um profissional, diferindo do estágio

organizações que os recebem. Assim, se o estágio é vantajoso para o estudante, por proporcionar uma vivência real com um ambiente de trabalho, ele não é pouco vantajoso para a organização que o recebe. Ela terá no estagiário a chance de estar próxima do conhecimento acadêmico e das novas ideias dos estudantes.

Para as organizações, o estagiário é alguém que pode colaborar com a revitalização de alguns setores. Através de novos conhecimentos um jovem estagiário pode revolucionar o mundo do trabalho, pois reúne condições de produção de inovações no setor em que fica praticando. Essa compreensão nem sempre é verdadeira para todas as organizações que ofertam vagas para estagiários. Em alguns ambientes mais modernos, contudo, essa noção vem se modificando. Segundo Tracz e Dias (2007, p. 9):

A preocupação com a atualização constante, especialmente nas indústrias de base tecnológica, aliada à necessidade de acertar na hora de contratar um novo profissional, esta mudando a visão das empresas em relação ao estágio.

Para parte delas, contudo, o estagiário de aprendizagem ainda é encarado como um funcionário barato, com o qual ela poderia deixar de assumir custos de encargos trabalhistas previstos para a contratação dos empregados formais. Em algumas firmas ainda é uma prática a contratação de estudantes para a execução de atividades que não possuem relação com seus cursos, ou ainda para fazer trabalhos repetitivos, sem oportunidade de expandir seus aprendizados. Essa ideia está contida, de certo modo, na afirmação feita por Nunes (2005, p. 46) de que:

[...]. O principal fator é a colocação do estagiário para exercer trabalhos repetitivos, sem chance de aprender um trabalho ligado à profissão, ou mesmo, restritos apenas a um setor da instituição.

probatório que as organizações realizam com o fim acompanhar a adequação de um novo funcionário aos objetivos de uma função/cargo.

Percebe-se que, em algumas empresas,³ os supervisores destacados para supervisionar os estagiários muitas vezes colocam estes para realizar os trabalhos mais maçantes e que ninguém gosta de realizar, não valorizam o acadêmico e o tratam com descaso, como simples mão-de-obra de baixo custo. Porém, a noção por trás da existência do estagiário na sociedade brasileira não o coloca como agente em um mercado de trabalho, mas como um aprendiz. Assim a prática do estágio, curricular ou remunerado, como uma etapa do processo de aprendizagem está integrada à ação pedagógica da escola.

A oferta do estágio para estudantes em formação universitária sempre faz evocar sua articulação com a função pedagógica a ele atribuída. Para Gomes (1981, p. 9):

O estágio visa então a conferir ao estudante aquelas habilidades de que ele irá necessitar, quando tiver de por em prática os conhecimentos de determinadas disciplinas teórico práticas, seja em atividades profissionais de pesquisa ou outras atividades similares. O estágio proporciona aos estudantes um espaço de aprendizagem profissional pela prática das habilidades e técnicas, ou seja, é o saber fazer que é necessário ao aprimoramento das teorias. O estágio é para os alunos um campo de treinamento, onde ocorre situação real, de atividades para aprendizagem profissional.

Esse mesmo entendimento é tido por Buriolla (1995, p. 24) quando diz que:

[...] o estágio, por ser o lócus propício para o treinamento prático profissional, é também o espaço apropriado para o aluno traçar a sua matriz de identidade profissional, por ser ai que ele desenvolve a sua aprendizagem, a sua responsabilidade, o seu compromisso e demais atividades e habilidades profissionais. Neste sentido, as experiências do aluno no estágio devem ser relacionadas, planejadas e afetas à sua formação profissional [...].

³ Na UFSC, por exemplo, foi estabelecida uma bolsa com o título de Bolsa permanência destinada a inserir os estudantes em equipes supervisionadas por docentes ou técnicos em atividades relacionadas a ensino, pesquisa ou extensão e mesmo ali, apesar da bolsa ser praticada no ambiente acadêmico da Instituição, há denúncias de desvios em relação aos fins previstos.

Visto prospectivamente, antecipando-se os benefícios que o estágio proporciona para o profissional que nele esteve envolvido, pode-se formar uma outra ideia associada mais densamente ao desenvolvimento humano e social, como o faz Marquetis (2001) ao falar sobre o peso que o estágio tem como momento de experiência prática na formação profissional. Para ele, o estágio:

[...] auxilia o estudante a obter competência e a se transformar no profissional de amanhã, oferecendo-lhe a possibilidade de identificar, com maior clareza, a finalidade de seus estudos e de mensurar suas possibilidades. (MARQUETIS, 2001, p. 16).

Mas a prática do estágio requer algumas condições. Uma dessas condições é a presença, no ambiente onde se realizará o estágio, de um profissional da mesma área de formação. Ele deverá estar atuando plenamente no ambiente onde o estudante será inserido. Ao desenvolver atividades que respondem a demandas específicas, esse profissional, na condição de supervisor local de estágio, faz uma ligação significativa entre a instituição formadora e sua categoria profissional. Assim, o estágio não envolveria somente a instituição de ensino e a organização contratante, mas, sobretudo, a categoria profissional na qual o futuro profissional ingressará.

Olhando sob esse aspecto, no momento em que oferece a supervisão e complementa a formação de um estudante, o profissional, além de sua função na organização onde atua, exerce uma tarefa de fortalecimento ou de enfraquecimento de sua categoria profissional. Esse fortalecimento decorre de uma atitude de valorização pela qual o estudante, mesmo com remuneração através de bolsa, não é visto como mão-de-obra barata, mas como um futuro companheiro a interessar-se pelo progresso da profissão. O enfraquecimento decorrerá do inverso. Infelizmente, a postura de supervisores que levam a essa segunda postura ocorre com alguma frequência; uma das formas decorre da própria aceitação que

esse profissional assume em substituir postos efetivos de trabalho profissional em sua instituição por contratos não profissionais, precários e temporários de estagiários.

A esse respeito, Buriolla (1995, p. 17-18) afirmava que:

[...] A Unidade de Ensino efetua convênio com a Instituição Campo de Estágio, com o objetivo de assegurar o estágio como tal, reconhecido pela lei em vigor, porém, muitas destas instituições não oferecem condições mínimas de estágio, em muitos estágios, a prática profissional (objeto da supervisão) é desvirtuada ou inexpressiva, há desinformação e desintegração entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio; [...] na instituição, o profissional [...] designado ou imposto para dar supervisão ao aluno está, muitas vezes, despreparado profissionalmente para assumir tal função; supervisor e supervisionado sentem-se explorados e usados como mão-de-obra barata.

Essa observação de Buriolla tem 14 anos, e o quadro em geral permanece e tem sido agravado. Em áreas de formação profissional, como a Biblioteconomia, muitas ofertas chegam a alguns dos cursos existentes no Brasil e nem sempre é feita a prévia verificação pela escola da existência de profissional bibliotecário contratado e atuante na organização demandante, assim como não há a imposição pela escola de limites para as sucessivas demandas e respectivo atendimento.

A reiteração de práticas realizadas por estudantes de Biblioteconomia, sem supervisão ou com supervisão meramente “virtual” poderia ser tomada como indício de que tais organizações carecem de profissional habilitado em Biblioteconomia. Ao desconsiderar tal circunstância, o Curso de Biblioteconomia estará contribuindo, com o fechamento do mercado profissional para seus egressos.

É nesse aspecto que Marquetis (2001, p. 16) desafia as instituições de ensino a atuarem de forma mais integrada com o interesse das profissões para as quais formam novos membros, asseverando a atenção para com o planejamento prévio, a escolha da unidade de informação que vai servir de campo de estágio, o número de horas etc., como forma de não fazer do estágio uma experiência negativa.

De outro lado, o estágio não deveria ser pensado simplesmente como o lugar onde se praticam técnicas e se desenvolvem rotinas. Nesse sentido é significativa a definição de estágio, formulada pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (2002), pois pode auxiliar o pensamento dos responsáveis por estágios em Biblioteconomia:

Estágio é um conjunto de atividades executadas por um estudante, em situações reais de vida e de trabalho, junto a pessoas jurídicas ou à comunidade em geral, com o objetivo de aprendizagem profissional e sociocultural, sob responsabilidade e coordenação da instituição onde o mesmo estuda. Por ser interface entre atividade acadêmica e profissional, o estágio tem funcionado como problematizador da realidade, sendo espaço privilegiado, tanto para aprendizagem do exercício profissional quanto para levantamento de questões importantes para a pesquisa.

2.2 Regulamentação do estágio

Além de ser pensado como um componente que integra o processo pedagógico da formação de profissionais o estágio, para ser eficaz, necessita da atuação reguladora do estado. Esta ação visa fornecer as bases adequadas para a maximização dos benefícios sociais, econômicos e políticos de todos os envolvidos, direta ou indiretamente.

No caso do Brasil, vem sendo feito um grande esforço para tornar a atividade de estágio mais ordenada. Uma legislação nacional em torno do estágio de aprendizagem está tomando corpo há mais de trinta anos. Nem sempre os resultados alcançados satisfazem a todos os envolvidos. Porém, é necessário que se tenha uma configuração capaz de orientar escola, estudante, categoria profissional e organizações contratantes. Também deve contribuir com as expectativas das famílias desses estudantes, dando-lhes algumas segurança jurídica, pois essas tendem a ver a colocação no estágio como uma primeira referência do potencial de emprego e renda que o curso por ele escolhido oferece.

A primeira lei a tratar do estágio no Brasil foi a de número 6.494, aprovada em sete de dezembro de 1977. O parágrafo 2º do seu artigo 1º dispõe que:

Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. (BRASIL, 1977).

Essa Lei foi substituída em março de 1994 pela Lei n. 8.859, que fez poucas alterações em relação à lei anterior e que mais tarde voltou ao seu teor integral através da medida provisória n. 2.164-41. Em 25 de setembro de 2008 foi sancionada uma nova Lei de estágio, a n. 11.788, que objetiva regulamentar os estágios de estudantes de vários níveis educacionais. O seu artigo 1º dispõe que:

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

Em seu detalhamento, é relevante observar que vários dispositivos deveriam ser considerados como estímulos a uma atuação mais efetiva da escola de ensino superior no sentido de colaborar com o fortalecimento das respectivas categorias profissionais. Já no artigo 3º, parágrafo 1º, lê-se que:

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final. (BRASIL, 2008).

O seu artigo 9º, inciso III, que trata da parte concedente de estágio, dispõe que é obrigação desta parte “indicar funcionário do quadro pessoal, experiente ou formado, para orientar e supervisionar até 10 estagiários simultaneamente.”

O artigo 17º ao tratar do “número máximo de estagiários em relação com o quadro funcional” dispõe:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
II- de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
III- de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados, até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior. (BRASIL, 2008).

A Lei é bem clara quanto à supervisão local por um profissional com experiência ou formação na área, pois é a partir desta supervisão que o aluno passa a desenvolver as tarefas para as quais estaria preparado teoricamente. O supervisor na empresa em que o estágio é realizado vai observar o seu desempenho e relatar ao supervisor da instituição de ensino e para isso esse supervisor deverá ser um profissional da respectiva área. Desta forma, haverá uma melhor integração entre a organização campo de estágio, instituição de ensino, bem como, indiretamente, as entidades de organização da respectiva profissão. Com isso, escola, organização concedente de estágio e associações de classe poderiam fazer uma análise contínua entre a relação da teoria com a prática e com o desenvolvimento do mercado de trabalho. Assim, considera-se que a teoria é proporcionada pela escola, a prática é proporcionada pelas organizações em que atuam membros dessas profissões e o

desenvolvimento de mercado de trabalho é o âmbito de interesse de associações e sindicatos profissionais.

Levando em conta o espírito dessa Lei, o desenvolvimento do estágio por acadêmicos de cursos de Biblioteconomia deveria sempre dar-se com supervisão adequada, envolvendo a instituição de ensino e a organização campo de estágio. Essa providência poderia transformar-se em uma experiência fortalecedora para o estudante e para a categoria profissional no processo de formação e preparação dos alunos para o mundo profissional.

2.3 Oferta de estágio a estudantes do Curso de Biblioteconomia da UFSC

As organizações necessitam de profissionais que possam organizar suas informações. Esses profissionais são arquivistas ou bibliotecários. Nas cidades onde não existe a oferta de cursos de graduação em Arquivologia, a demanda recai mais comumente sobre profissionais bibliotecários, quando há a formação destes. Diante disso, em Florianópolis, a existência de curso de Biblioteconomia, vem suprimindo um mercado de trabalho que ultrapassa a instituição biblioteca. As empresas e outras organizações, como a universidade, contratam também bibliotecários para organizar as suas massas documentais, abrindo a oportunidade para que estagiários oriundos de cursos de graduação em Biblioteconomia possam completar sua formação em mais de um tipo de ambiente informacional.

Considerando-se que para muitas organizações as informações adequadamente tratadas representam um diferencial de competitividade, elas serão organizadas e gerenciadas por bibliotecários que poderão abrir seu espaço para a aprendizagem de estagiários, sob uma adequada supervisão.

Nessa circunstância, o aluno do Curso de Biblioteconomia da UFSC poderá ter oportunidade de desenvolver estágios de aprendizagem, curriculares ou remunerados, quando isso ocorrer, de forma que possa aplicar na prática a teoria aprendida em sala de aula, nas situações reais vivenciadas em unidades de informação ou mesmo em outros

setores das organizações. Tais situações deveriam associar as práticas de caráter técnico com as oportunidades de desenvolvimento de um espírito de investigação.

Segundo o seu regulamento, os estágios do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC, têm como finalidades: 1. Proporcionar ao acadêmico aprendizagem teórico-prática, visando seu processo de formação profissional; 2. Capacitar o acadêmico para conviver, compreender, analisar e intervir na realidade de sua formação profissional; 3. Complementar a formação acadêmica.

O Curso de Biblioteconomia da UFSC, semestralmente divulga vagas ofertadas por organizações públicas e privadas dos mais diversos setores, para realização de estágios curriculares remunerados. Essas vagas têm crescido quantitativamente nos anos recentes, conforme constatado nos registros existentes na Coordenadoria de Estágios do Centro de Ciências da Educação (CED). Dentre as instituições que oferecem tais estágios estão as IES sediadas em Florianópolis, tanto para se inserirem em ambiente de biblioteca quanto de arquivo. De acordo com o Regulamento já referido elas devem ter condições de recebimento desses estudantes, contando com Bibliotecário devidamente habilitado, atuante e em condições de realizar o acompanhamento das atividades programadas.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O referencial teórico adotado na pesquisa deveria ser suficiente para embasar a interpretação do pensamento de um aluno que está num campo de estágio, interagindo com supervisores, docentes do curso que frequenta e usuários nas organizações onde está inserido. Além disso, deveria considerar que esse estagiário vive um processo formativo, cuja característica principal é proporcionar-lhe o sentido de construção de um projeto pessoal para o futuro, lastreado pelo conhecimento formador de um campo profissional.

Essa perspectiva corresponde a um universo social de construção de conhecimento. Isso tem relação com a discussão desenvolvida em uma literatura sociológica que se define como construcionismo social. De acordo com essa teoria, as ações realizadas no dia-a-dia reúnem indivíduos num permanente processo de interação e definição de ações decorrentes e, ao mesmo tempo, formadoras dos papéis sociais que exercem. No quadro em que a questão é colocada, profissionais e estagiários cada vez mais se definem como papéis sociais em situação de complementaridade.

Dentre os autores que teorizam sobre a construção da realidade, buscou-se Berger e Luckmann (2007), como a principal fonte para a definição das estratégias de apreciação da realidade. Eles visualizam a realidade social como uma construção comum a muitos indivíduos. Afirmam que a realidade é vivida no dia-a-dia. No cotidiano ou na vida cotidiana dizem: “[...] não posso existir [...] sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. [...] A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens.” (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 40). Segundo os autores: “[...] é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano.” (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 75). Isso vale para a ideia de que há etapas no processo de aprendizagem de uma profissão, em distintos ambientes, pela dependência que os indivíduos têm de se realizar como ser social através do convívio em sociedade.

Do ponto de vista da formação do conhecimento no ser social, há dois momentos fundantes designados como conhecimento objetivo e conhecimento subjetivo. O conhecimento subjetivo desenvolve-se, dentre outros caminhos, através de um processo socializador. Nesse, há duas etapas significativas de interação humana e social, denominadas pelos autores de socialização primária e socialização secundária. Para Berger e Luckmann (2007, p. 175) na primeira a interação acontece na própria família, onde o indivíduo atribui

sentidos e significados à percepção do mundo a sua volta. Depois, no segundo momento, dá-se o convívio deste indivíduo com outros grupos de uma mesma sociedade.

É através desta convivência que o indivíduo incorpora um número maior de experiências e vivências sobre o mundo, um mundo exterior ao ambiente em que nasceu. Esta vivência lhe permite ter outra interpretação sobre crenças, cultura e tradições que compõem a vida em sociedade, definindo assim sua própria identidade.

Os autores entendem que a socialização primária funciona como a base para o indivíduo ser inserido na sociedade, por isso é a mais importante, ao tempo em que é a estrutura para a socialização secundária. Na socialização secundária, o indivíduo passa a interagir com outros de fora de seu grupo de origem, e é quando começa a se preparar para o seu futuro profissional, pois é quando sua realidade objetiva começa a ser configurada e se manifesta um mundo institucionalizado como a escola que lhe leva à assimilação de habilidades e competências necessárias à sua integração num mundo diverso daquele que se constitui seu meio familiar e original.

Quando se estuda, por exemplo, o tema estágio de aprendizagem, que existe como um espaço para as práticas do conhecimento teórico obtido em sala de aula pode-se vinculá-lo a uma etapa da socialização secundária. O estágio de aprendizagem une dois ambientes sociais distintos: a escola ou ambiente de aprendizagem formal e as organizações produtivas e/ou de serviços ou o ambiente de prática profissional, também chamado de “mundo do trabalho”.

As habilidades e competências que são aprendidas na escola chegam à experiência de cada indivíduo como contribuição integrada do ambiente de aprendizagem dessa escola com o ambiente do mundo profissional assimilado pelo estágio de aprendizagem. Circunstancialmente, essas competências e habilidades desenham-se como domínios específicos, objetivando-se como funções ou papéis sociais. É o desempenho dessas funções ou papéis que faz com que os indivíduos participem de um mundo social mais complexo (BERGER; LUCKMANN, 2007), que se expõe por meio da divisão do trabalho. Essa divisão

para Berger e Luckmann (2007, p. 107-108) exige soluções padronizadas que possam ser facilmente aprendidas e transmitidas. Estas por sua vez, requerem o conhecimento especializado de certas situações e das relações entre meios e fins em termos dos quais as situações são socialmente definidas.

A partir disso, pode-se dizer que quando o indivíduo faz estágio de aprendizagem, está, de certa maneira, trocando conhecimento através da interação, linguagem e comunicação, o que impõe a necessidade do estudante realizar estágios a fim de fortalecer sua percepção de realidade profissional. Isso faz pensar que as tarefas do dia-a-dia quando praticadas ficam gravadas e passam a ser realizadas com maior segurança pelo indivíduo, adquirindo um caráter de hábito. Para Berger e Luckmann (2007, p. 78) a formação do hábito acarreta o importante ganho psicológico de fazer estreitar-se as opções. O hábito forneceria a direção e a especialização da atividade que faltam no equipamento biológico do homem, aliviando assim o acúmulo de tensões resultantes dos impulsos não dirigidos.

Pode-se dizer que ao realizar estágios os indivíduos adquirem o hábito na realização de cada tarefa. Essa prática das teorias é uma estratégia também utilizada no processo de formação do bibliotecário através das práticas de estágio.

No contexto geral, o estágio de aprendizagem sempre foi considerado parte da formação dos estudantes, inclusive dos de Biblioteconomia. De acordo com Caldas e Barboza, (1995, p. 33): “[...], para que a formação social e política do bibliotecário se concretize, é preciso que, durante o curso, o estudante de biblioteconomia se exercite na prática social, através de atividades de extensão universitária.” Estes autores reconhecem que é através da prática das situações reais que o aluno aprende progressivamente as atividades que um bibliotecário exerce no seu dia-a-dia. Essas práticas reforçam um hábito profissional.

De outro lado, pode-se admitir que há um certo interesse dos estagiários em adquirir novas experiências e de ter contato com o dia-a-dia das práticas realizadas pelos profissionais do campo. Além disso, cada estudante poderia, como estagiário, obter

segurança para realizar as tarefas que são designadas e supervisionadas por esses profissionais.

Adicionalmente, cabe considerar que em geral trabalha-se com a noção de que na formação do estudante há uma etapa de assimilação de teoria e depois vem sua inserção num universo de prática. Encontra-se, por exemplo, em Rodrigues e Campello, (2004, p. 7), uma afirmação de que: “a teoria deveria vir sempre antes da prática, pois assim o aluno pode trabalhar o conhecimento como produto mais que um processo.” Entretanto, essa noção não é convergente entre todos os autores. Diaz Bordenave e Pereira, (1988, p. 119) afirmam que “a aula prática pode vir antes da teoria, pela simples razão de que a aula prática é um contato direto com a realidade, e pode ser usada tanto para a observação da realidade como para a aplicação na realidade.”

Para além da construção social, que situa a realidade como forjada no dia-a-dia, pode-se também considerar pertinente a essa fundamentação aqui exposta o teor da teoria processual ou configuracional, sob a perspectiva da análise histórica. Seu criador, Norbert Elias, trata do desenvolvimento da sociedade a longo prazo, chamando-o de processo civilizador. Para ele, civilizar-se é um processo de contínuo condicionamento humano, que também passa pelo mundo do trabalho, interferindo sobre todos os aspectos da vida humana em sociedade.

Elias (1993, p. 19) afirma que: “O processo civilizador vem sendo construído ao longo da história da humanidade, através da interação entre os povos e da transformação da consciência humana.” Se essa ideia for transposta para a discussão da capacitação humana, pode-se afirmar que haverá, em cada ambiente social, instituições mais apropriadas para receber aprendizes, dando-lhes oportunidade para que possam aprimorar conhecimentos, habilidades e atitudes, formando competências essenciais à prática profissional.

4 PROCEDIMENTOS EMPREGADOS

No desenrolar da pesquisa, adotou-se uma estratégia exploratória e uma abordagem qualitativa. Com isso, identificou-se a contribuição do estágio remunerado mediante as relações existentes, entre o aluno do Curso de Biblioteconomia da UFSC e o ambiente em que realizou seu estágio remunerado.

Os dados colhidos foram compostos de discursos de alunos estagiários. A coleta de discursos deu ênfase ao cotidiano, interação e comunicação. Isso contribuiu para a escolha do instrumento de tratamento e análise dos discursos coletados, recaindo sobre a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), criada por Lefèvre e Lefèvre (2005). Esta técnica permite o encontro da dimensão coletiva a partir da visão individual. Para esses autores, pesquisas de abordagem qualitativa “[...] têm justamente como objetivo a geração ou reconstrução de qualidades, como é o caso do pensamento coletivo.” (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005, p. 9). Sobre a Técnica do DSC se falará adiante.

4.1 Participantes da pesquisa

Para a realização da pesquisa, foram selecionados alunos, que no segundo semestre de 2008, atendessem aos seguintes critérios: estivessem matriculados nas 6ª e 7ª fases do Curso de Biblioteconomia da UFSC e que já houvessem realizado, no decorrer dos semestres anteriormente cursados, atividades de estágio remunerado em IES sediadas Florianópolis. Com a adoção desses dois critérios chegou-se a um total de 12 alunos. Destes, oito aceitaram participar das entrevistas. Dos quatro restantes, um alegou falta de tempo para dar a entrevista pessoalmente ou por e-mail, quando proposto. Os outros três não deram resposta às tentativas de contato.

4.2 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta dos dados verbais foi elaborado um instrumento de entrevista composto por sete questões. Sobre a escolha da entrevista como procedimento de coleta, cabe esclarecer que em geral recorre-se à entrevista quando se “têm necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 51).

A entrevista, para Lakatos e Marconi (1982, p. 35), “é o contato direto entre o pesquisador e o informante para, através da conversação, obter informações pertinentes.” A entrevista realizada foi semiestruturada. Essa estratégia atendia a um aspecto particular, relacionado ao controle do fluxo de informações. CerVO, Bervian e Silva (2007, p. 52) dizem que o uso desse instrumento assegura ao “entrevistador [...] controlar a entrevista, reconduzindo, se necessário, o entrevistado ao objeto da entrevista.”

Complementarmente, o instrumento entrevista respondia ao propósito de se poder obter e tratar dados verbais, pois conduziria os informantes à elaboração de pequenos discursos. Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 15) explicam que “[...], para se saber o que uma pessoa ou um conjunto de pessoas pensa é preciso perguntar de modo a ensejar que as pessoas expressem um pensamento, ou seja, um discurso, [...].”

4.3 Coleta de dados

A pesquisa foi desenvolvida com os cuidados éticos necessários de modo a serem cumpridos os preceitos da Resolução 196/96, da Comissão Nacional de Ética em pesquisa do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados deu-se no início do mês de março de 2009. Foi feito um primeiro contato com cada entrevistado, visando esclarecer-lhe sobre o propósito do estudo e sobre a forma como seria realizada a coleta de dados. Também, nesse momento, foi verificada a

possibilidade de sua participação e feito o agendamento de horário. As entrevistas coletadas foram gravadas em fita magnética.

O tempo de gravação das entrevistas variou de 15 a 30 minutos. Três entrevistas foram realizadas em circunstâncias especiais. Uma entrevista foi feita através de conversação telefônica e gravada, com a utilização da tecla viva-voz do telefone; duas outras foram obtidas através de e-mail, pois os entrevistados em questão não dispunham de tempo livre para serem entrevistados presencialmente. As demais entrevistas, no total de cinco, foram realizadas em local previamente estabelecido. Todas as entrevistas foram transcritas literalmente e para preservar o anonimato dos entrevistados cada um destes foi identificado com uma letra do alfabeto.

4.4 Tratamento e análise dos discursos obtidos

Para a análise dos discursos, foi utilizado o Instrumento de Análise do Discurso (IAD), que é parte da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) proposto por Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 16). Através da operacionalização desse procedimento chega-se à elaboração do DSC, que “é um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECHs [Expressões-Chave] que têm a mesma IC [Idéia Central] ou AC [Ancoragem] [...]”. Afirmam ainda que “[o DSC] é como se a coletividade falasse diretamente.” (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005, p. 18). Na pesquisa realizada, optou-se por não fazer a identificação das ancoragens que pudessem estar presentes nos discursos. Os discursos gravados foram transcritos na íntegra; isto permitiu uma análise dos depoimentos, considerando-se que:

Para a elaboração do DSC parte-se dos discursos em estado bruto, que são submetidos a um trabalho analítico inicial de decomposição que consiste, basicamente, na seleção das principais ancoragens e/ou idéias centrais presentes cada um dos discursos individuais e todos eles reunidos, e que termina sob uma forma sintética, onde se busca a reconstituição discursiva da representação social. (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005, p. 20).

Para a análise dos dados, no estudo, num primeiro momento foi feita a transcrição das entrevistas. Depois de repetidas leituras, foram retiradas dos discursos as expressões-chave e ideias centrais. Cada uma delas constitui uma forma de extrair ideias das entrevistas ou de suas fundamentações. Em síntese,

[...] as Expressões-Chave (ECHs) – são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, [...] e que revelam a essência do depoimento [...]; as Ideias Centrais [IC] – representam uma expressão lingüística que revela e descreve, da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos analisados [...], tem o caráter de um termo indexador; a Ancoragem (AC) – [...] é a manifestação lingüística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa [...]. (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005, p. 17).

Cabe salientar que as questões 1 e 5 do instrumento norteador não forneceram ideias centrais, pois a 1ª referiu-se ao local de estágio e a 5ª às disciplinas, que o informante diz mais ter contribuído para seu estágio.

Considerando termos mais operacionais, pode-se afirmar que nessa análise foram feitas as seguintes atividades:

- 1 – Preparação do Instrumento de Análise do Discurso (IAD). Esse instrumento continha quatro colunas: a primeira apenas para se colocar o código associado a cada entrevistado a fim de se evitar eventual “mistura” das respostas; a segunda para se transferir os discursos já transcritos e digitados; a terceira para se anotar as Expressões-chave (ECHs) e a quarta para se anotar as Ideias centrais (ICs);
- 2 – Transferência do material já digitado, colocando abaixo de cada pergunta, num mesmo bloco, o conjunto das respostas obtidas;
- 3 – Marcação das respostas colocadas na segunda coluna a fim de destacar as ECHs nelas contidas. Fez-se isso com a leitura de cada resposta com o propósito de se extrair dela as

ECHs cujo teor trouxesse a explicitação de potencial resposta para os objetivos da pesquisa. Concomitantemente, fez-se o devido registro destas ECHs na terceira coluna do IAD;

4 – Em seguida, foi realizada a leitura das ECHs para nelas identificar e depois anotar na coluna quatro do IAD os termos identificados como ICs. Concluídas estas etapas foi feito o agrupamento das ECHs, a partir das ICs que apresentassem semelhanças temáticas a fim de se organizar o discurso coletivo de cada questão evidenciado no material analisado;

5 – Foi feita a produção de DSCs de cada questão como forma de melhor percepção de sua articulação interna e das representações mais destacáveis, caso fosse realizada a análise de AC;

6 – Como etapa final foram reunidos os DSCs parciais por grupo de entrevistados em um DSC geral, exposto no item seguinte, como resultado.

4.5 O Discurso do Sujeito Coletivo

Após o emprego das estratégias de identificação do Discurso do Sujeito Coletivo obteve-se o DSC dos estagiários que participaram como informantes na pesquisa. Pode-se considerar que o DSC abaixo responde à questão mais ampla dada pelo objetivo da pesquisa, isto é, “Que contribuição lhe foi proporcionada pelo estágio remunerado, disponibilizado por IES, sediadas em Florianópolis, considerando supervisão local, tempo para estudo, ganhos de aprendizagem e necessidade de renda pessoal”?

No papel [o local de estágio] tinha uma pessoa [para supervisionar]. Somente no primeiro mês, para mostrar e ensinar as atividades. Designar o serviço. Não orientou durante o estágio. Foi de pouca ou nenhuma ajuda quando requisitada. Não exercia a profissão de bibliotecário. Não se atualizou, não tinha bibliotecário ali do lado [para a supervisão]. A teoria biblioteconômica do estágio não ajudou muita coisa, foi fraca e muito curta. [Já no meu caso], trabalhava num arquivo não era numa biblioteca, por mais que eles designassem alguém, jamais seria alguém da área. Não acho que bibliotecário deveria trabalhar em arquivo. [No meu local], a chefe do setor era bibliotecária formada, ela supervisionava as atividades por mim realizadas. A supervisão foi muito positiva; pude contar com as dicas e

376

auxílio de uma bibliotecária formada. Quando as dúvidas surgiam, imediatamente eram sanadas pela supervisora. Seria importante a presença de um profissional, com conhecimento e experiência para um bom desenvolvimento das atividades, para tirar dúvidas; sendo estudante a gente pergunta muito, pra saber se aquilo que a gente está fazendo está realmente certo, pra entender melhor o processo. Um profissional é importante quando ajuda o estagiário. Ter um profissional da área na supervisão passa mais confiança na realização das atividades. É essencial. O supervisor possui a experiência [e isso] facilita o processo de aprendizagem. É importante que o estagiário possa conviver com o profissional formado, realizar um trabalho em conjunto e incorporar algumas características do bibliotecário. Precisamos de alguém instruído para nos ensinar e supervisionar. Ensinar o estagiário, que é um aprendiz. Tirar dúvidas, apresentar sugestões de atividades. O estágio deve ser um aprendizado continuado das aulas. Acrescentar alguma coisa, desenvolver mais a questão da teoria. Com relação ao tempo para estudo não tive problema nenhum sempre que eu precisava sair para participar de alguma coisa relacionada ao curso, eu pude sair. Se fosse necessário me ausentar para estudar era permitido. Fui estimulado a dedicar todas as horas de estágio para meu aperfeiçoamento prático e teórico. As condições foram boas, tive oportunidade de fazer inglês. Quando necessitei viajar tive aval de minha supervisora. É o melhor lugar pra gente trabalhar, eles nos dão uma folga semanal, e se eu precisasse me ausentar pra fazer um curso eles me liberavam independente de minha folga; são poucos os lugares de estágio que permitem isso. [Já no meu caso] o ambiente não oferece espaço para ler ou realizar trabalhos, todo o tempo era focado no atendimento, apesar de ser flexível de troca de horário. Não tive incentivo para participar de eventos ou viagens de estudo. Cobravam presença. Isto não incentiva nem auxilia o estagiário nas atividades acadêmicas. Com relação aos ganhos de aprendizagem foi importante para eu ver na prática como é que funciona um arquivo. Enquanto eu estava aprendendo na disciplina eu estava praticando no estágio. Os ganhos obtidos através deste estágio é a experiência de lidar com a diversidade de documentos, inclusive imagem. Aprendi todas as atividades técnicas básicas. Tive conhecimentos de rotinas de organização e gestão de documentos. Pra minha formação eu achei muito importante, porque só a teoria fica muito vago, tu aprendes na prática a teoria. Foi interessante ter esse contato com essa experiência real. Isso fez a teoria relacionar-se com a prática na hora exata. O estágio possibilita ao aluno o conhecimento da profissão de bibliotecário. [No meu caso] sem o auxílio de um bibliotecário a ordem atrapalhou um pouco, pois primeiro cadastrei tudo da biblioteca sem antes realizar um estudo de usuários. Atividade monótona poderia realizar outras tarefas. Sem a prática ficamos a beira do mercado de trabalho. A não realização de estágio remunerado compromete muito, alunos precisam trabalhar para se manter. Se não fizer estágio remunerado não vão ter condições de frequentar as aulas. A maioria dos alunos tem necessidades financeiras. Precisam realizar estágios remunerados. É uma chance de o aluno ter alguma renda e ter horário disponível para o estudo. Afinal, todo mundo precisa se sustentar; são universitários longe dos pais. O fato de ser remunerado contribui o interesse do aluno no estágio. É uma fonte de renda pra

377

me manter na faculdade com carga de trabalho reduzida. Implica em déficit de aprendizado, não colocar em prática aquilo que está aprendendo. Priva de vivenciar as práticas de sua futura profissão. É a chance de treinarmos nossas habilidades biblioteconômicas. Contribui com muitos aspectos para a teoria. Pode aprender o que não foi esclarecido ou ensinado no curso. Quando realiza estágio está mais envolvido no curso, aplica seus conhecimentos nas atividades realizadas. Conta para o currículo como experiência profissional.

5 UMA INTERPRETAÇÃO DO DSC OBTIDO

Em geral, o propósito do emprego da técnica do DSC é apresentar uma síntese da totalidade do discurso de um sujeito coletivo, em primeira pessoa do singular, como se fosse o discurso de um único indivíduo, o indivíduo coletivo. Porém, o pesquisador para além de realizar essa reconstrução, pode fazer uma leitura do que encontrou a fim de expressar a sua própria interpretação. Assim, serão apresentadas a seguir algumas considerações sobre as manifestações discursivas dos estagiários, levando em conta três aspectos que se ressaltam em suas percepções: a supervisão; as condições de estágio e vivência e ganhos de aprendizagem.

5.1 A supervisão

Pode-se notar pelo discurso dos respondentes que parte deles não foi supervisionada durante o estágio por um profissional habilitado. Esta supervisão, que deveria ocorrer durante todo o período de estágio, deu-se, na maioria das vezes, somente no início, para designar o serviço.

Se considerar-se a noção da aprendizagem de um papel, como diz Berger e Luckmann (2007, p. 107) esta não se faz simplesmente pela aquisição de rotinas que são imediatamente necessárias para o desenvolvimento “exterior”. É preciso que o aprendiz seja

também iniciado nas várias camadas cognoscitivas, e mesmo afetivas, do corpo de conhecimento que é diretamente e indiretamente adequado a este papel.

Aqui consideramos que o estagiário exerce diferentes papéis na aprendizagem prática de acordo com o sistema que o envolve; o desempenho nesses papéis está relacionado com as atribuições designadas por um supervisor ou pela pessoa com a qual ele interage. Além disso, no que tange ao supervisor de estágio em Biblioteconomia há uma responsabilidade profissional para a qual o Conselho Federal de Biblioteconomia chama a atenção do bibliotecário através da Resolução n. 152. Tal instrumento descreve a conduta a ser observada pelo profissional que, quando em atividade de supervisão, deve orientar os estudantes para uma melhor aprendizagem e conseqüente aprimoramento.

5.2 Importância da supervisão

Nas falas dos participantes da pesquisa pode-se notar o valor que atribuem à supervisão realizada por um profissional da área. Recorrendo-se novamente a Berger e Luckmann (2007, p. 186) encontra-se que “o treinamento é necessário para aprender a fazer [...]”. Os autores salientam que “como mediadores do acervo de conhecimentos e em virtude dos papéis que desempenham, os indivíduos são introduzidos nas áreas específicas de conhecimentos, não só de conhecimento cognoscitivo, mas também do conhecimento de normas, valores e mesmo emoções” (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 106). E nisso muito contribuiria a atuação do supervisor.

O papel do supervisor no estágio é o de “mediador” para que o aluno, vá gradativamente adquirindo as funções e atribuições que o profissional bibliotecário desenvolve, tendo a oportunidade de vivenciar a realidade concreta de seu trabalho na instituição. A relevância disso vem do fato de que o bibliotecário é o profissional que mantém, dentro da instituição, o relacionamento entre os membros da equipe e facilita para

o aluno estagiário um ambiente acolhedor para que ele coloque em prática o que está aprendendo.

5.3 Condições do estágio

Os alunos estagiários necessitam de tempo livre para a realização de trabalhos acadêmicos, ou mesmo para realizarem alguns cursos complementares, que, no decorrer de sua formação acadêmica, vão contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional.

Nas falas dos participantes da pesquisa pode-se notar que, em geral, quanto a este quesito não houve problemas, pois as percebem que instituições entendem bem essas necessidades e disponibilizam tempo livre durante o estágio para a realização de tais atividades. Nestas falas colhidas podemos notar a percepção de que há uma compreensão da organização com o estagiário. As instituições aceitariam a ideia de que a destinação de horários para estudo e trabalhos acadêmicos motivaria o interesse do aluno pelo estágio. Notamos, entretanto, que alguns dos participantes expuseram que a instituição na qual estavam realizando estágio não disponibilizou um local que fosse propício para o estudo ou realização de trabalhos acadêmicos. Tais fatores geravam dificuldades para o desenvolvimento das atividades acadêmicas diárias e não incentivavam o estudante de Biblioteconomia a continuar na instituição campo de estágio. Isso vai apontar para a necessidade de haver um acordo entre o aluno estagiário, instituição campo de estágio e o gestor de estágios de seu curso no sentido de ocorrer uma facilitação de horários em que as partes envolvidas saiam ganhando. Uma ação mais eficaz da instituição educacional é esperada, pois o estágio é autorizado pela instituição de ensino superior formadora, que é corresponsável pela qualidade do campo de estágio como um espaço de formação.

5.4 A vivência e ganhos de aprendizagem

Podemos notar nos depoimentos dos participantes que o estágio contribui para uma visão mais consistente do processo de transição do momento de ser estudante para o posterior, de ser profissional. O aluno aproveita o estágio para observar e aprender as atividades que estão sendo vivenciadas. Nesse momento, a maioria destes participantes aponta a importância de se aprender fazendo. Tomando o ambiente do estágio como um espaço colaborativo, é desejável que o estagiário de Biblioteconomia esteja disposto a participar, juntamente com o seu supervisor local, da execução das ações que estão inseridas no papel do bibliotecário, desenvolver habilidades e aprimorar seu conhecimento, aproveitando a oportunidade de aprendizado oferecida durante o período de estágio.

Além dos ganhos de aprendizagem, podemos notar nos discursos dos participantes que a grande maioria realiza estágio também pelo ganho financeiro. Para muito deles, que estão longe de casa, a remuneração é um fator de peso significativo pela escolha de dada organização. Há, portanto, certa dependência financeira que muitas vezes faz com que alguns estagiários realizem tarefas que não condizem com o curso de sua formação. Apesar disso, há a expectativa de que no ambiente de realização do estágio haja a supervisão por profissional da área. O estágio é importante para o aluno perceber qual o segmento do campo profissional com o qual mais se identifica, e assim, mais adiante, poder escolher o segmento em que vai atuar no futuro como profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram estudadas as percepções que estudantes de Biblioteconomia da UFSC têm sobre a contribuição do estágio remunerado, realizado em IES sediadas em Florianópolis, em sua formação. Para eles, o estágio remunerado que realizaram em instituições de ensino

superior sediadas em Florianópolis, apresenta: a - problemas de insuficiência de supervisão local; b - condições de estudo e aprendizagem a serem melhor definidas, especialmente pela diversidade de postura das instituições contratantes quanto a flexibilização de horários para os estudos; c – um reforço adequado de ganhos de aprendizagem no desenrolar de seu aprendizado, e d – uma oportunidade dos estudantes poderem permanecer em seu curso e associar essa permanência com a possibilidade de realizar práticas relacionadas ao conteúdo de sua formação.

Essas percepções indicam para a necessidade da realização de novos estudos sobre a temática na UFSC e em outras instituições como forma de melhor se conhecer o pensamento dos estudantes de Biblioteconomia sobre este ambiente importante de sua formação acadêmica.

Para além disso, pode-se obter um aperfeiçoamento da relação cada vez mais forte entre instituição de ensino e campo de estágio.

Artigo submetido em 02/10/2009 e aceito para publicação em 17/12/2009.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 247p.

BRASIL. Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º. Grau e Supletivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 dez. 1977. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6494.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

_____. Lei n. 8.859, de 23 de março de 1994. Modifica dispositivos da Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mar. 1994. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6494.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de set. de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro. de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro. de 1977 e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de ago. de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6494.htm>>. Acesso : 30 ago. 2008.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Estabelece os requisitos para realização de pesquisa clínica de produtos para saúde utilizando seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 out. 1996. Disponível: < <http://elegis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=663> . Acesso : 05 nov. 2008.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995. 176p.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves; BARBOZA, Josefa Pereira. O papel da extensão na formação do estudante de biblioteconomia. **Informação & Sociedade**: João Pessoa, v.5, n.1, p. 30-36, jan./dez. 1995. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/199/1422>>. Acesso em: 02 maio 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução 152/76**: Dispõe sobre normas de conduta do Bibliotecário quando atividade de supervisão de estágio de alunos de Biblioteconomia. Disponível em: < http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/220/1/Resolucao_152.76.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Notícias**: informações sobre estágios Psicologia. Porto Alegre. 2002. Disponível: <http://www.crp07.org.br/noticias_internas.php?idNoticia=3>. Acesso: 20 ago. 2008.

DIAZ BORDONAVE, Juan E.; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1988, 312p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GOMES, Ângela Maria Castelo. **Estágio em Biblioteconomia**: estratégias e práticas de ensino. 1981. 115f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1982. 300p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2005. 256p.

MARQUETIS, Eliana Marciela. **O estágio curricular nos cursos de biblioteconomia do Estado de São Paulo**. 2001. 171 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000232686>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

NUNES, Giovania Glória. **Avaliação do estágio curricular não obrigatório dos estudantes de Biblioteconomia - Gestão da Informação UDESC**. 2005. 75 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. 2005. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000000/0000009D.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

RODRIGUES, Maria Eliane Fonseca; CAMPELLO, Bernadete Santos. **A (re) significação do processo de ensino/aprendizagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: novas abordagens didático-pedagógicas. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 142p.

TRACZ, Marcelo; DIAS, Anderson Nazareno Alves. **Estágio supervisionado**: um estudo sobre a relação do estágio e o meio produtivo. 2007. Disponível em: <http://www.ielpr.org.br/uploadAdress/Artigo_Estagio%5B33703%5D.doc>. Acesso em: 20 ago. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. DEPARTAMENTO DE ESTÁGIOS – DES. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufsc.br/estagio/estatisticas.html>>. Acesso em: 20 out. 2008.

_____. **Regulamento dos estágios do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.reitoria.fsc.br/estagio/regulamentos/ced/regulamento%20biblioteconomi.do>>. Acesso em: 20 ago. 2008.